

CONFERÊNCIA

Financiamentos **para a Cultura 2030**

#FinanciamentoCultura2030

Conclusões da Conferência “Financiamentos para a Cultura 2030”

Ao longo do dia 19 de abril, o Theatro Circo de Braga acolheu representantes de 50 entidades do setor cultural da região Norte para debater os mecanismos de acesso às linhas de apoio e incentivos do programa Portugal 2030. Tendo uma dimensão representativa do setor a Norte, do público ao privado, as instituições e agentes presentes no evento constituem uma amostra significativa do tecido cultural e criativo do norte do país, interessadas na relevância e atualidade de discutir as questões estratégicas e operacionais do novo quadro comunitário de apoio do NORTE 2030.

As 50 entidades da região que se reuniram dividiram-se em cinco grupos de trabalho e fixaram um conjunto de 50 recomendações estratégicas e operacionais, respondendo à vontade de informar as políticas e opções de investimento público no contexto do próximo quadro comunitário de apoios, Norte 2030.

Do trabalho desenvolvido por cada grupo, e apesar dos diferentes temas que a cada um cabia explorar, várias sugestões/recomendações emergiram com maior força como transversais ao conjunto do setor, e estas são linhas que se destacam na primeira parte do documento, apresentando-se de seguida as 10 recomendações/sugestões de cada grupo temático.

As recomendações transversais aos diferentes grupos são:

1. Criação de uma política de intervenção para o SCC na região Norte e uma aposta em concursos e dotações específicas para o setor cultural e criativo na região.
2. Adequação dos procedimentos concursais, incluindo avaliação e acompanhamento dos projetos, à realidade e especificidade do SCC.
3. Criação de avisos específicos para o SCC no âmbito dos diferentes programas operacionais (i.e. ambiente, digitalização, políticas de cidade, etc.).

CONFERÊNCIA

Financiamentos **para a Cultura 2030**

4. Criação de um observatório dedicado à criação de informação e conhecimento para o setor a nível regional, capaz de informar as decisões de políticas públicas e gestão do setor, mas também de apoiar o trabalho de empresas e outras instituições no terreno.
5. Criar formas de financiamento e programas de capacitação dos agentes do setor que incluam o apoio à contratação de profissionais altamente qualificados e à manutenção das equipas, estabelecendo mecanismos e incentivos à fixação de profissionais no território.
6. Criação de informação e comunicação acessível ao setor através de canais dedicados com linguagem clara e adequada, num quadro de estabilidade, com planificação das atividades e dos apoios.
7. Aposta no financiamento aos espaços de criação descentralizados – centros de recursos partilhados – enquanto motores da criação artística e criativa local.

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

Conclusões e recomendações dos Grupos de Trabalho

Grupo #1 - Políticas de cidade e ecossistemas criativos

Relator: Patrícia Romeiro

Convidados: Jorge Sobrado (CCDR-N); Joana Meneses (CEC); Paulo Sarmento e Cunha (Casa da Música); Pedro Rocha (Casa da Música); Vitor Ribeiro (Casa das Artes de Famalicão); Andreia Magalhães (Centro de Arte Oliva); Rui Torrinha (A Oficina); Maria de Lurdes Rufino (Museu Alberto Sampaio); Miguel Bandeira (Fundação Bracara Augusta); Rafael Vale Machado (Ar Vale Machado).

Tendo como base de reflexão o texto que enquadrava a sessão e que se reproduz neste documento, este grupo de trabalho apresentou as seguintes considerações:

1. Produção de um (re)conhecimento do ecossistema que conforma e constrói o tecido cultural e criativo da Região Norte. Neste sentido, é apresentada como hipótese a instituição de um observatório / postos de observação que desenvolvam informação e conhecimento atualizados e abrangentes sobre os SCC e que permitam uma melhor sustentação dos processos de decisão, dos agentes e das entidades financiadoras. Foram detalhadas as seguintes necessidades de mapeamento: agentes, ações, públicos, impactos gerados no território, análise prospetiva de tendências e oportunidades.
2. Reforço da capacidade de ação coletiva, em particular através do apoio à criação / fortalecimento de redes e parcerias. É importante salvaguardar que estas sejam orientadas para a exploração de complementaridades inter e intrasetoriais do SCC e com outras áreas da sociedade e economia, no sentido de potenciar a inovação dos SCC e noutros setores.
3. Criação de espaços / centros de apoio à criação, numa lógica de “centro de recursos partilhados” com recursos técnicos de qualidade úteis para criadores/artistas. Estes centros poderão ser organizados em torno de dois eixos estruturantes: apoios à construção de raiz de centros de maior envergadura que centralizem apoio a diferentes sub-setores culturais e criativos; ii) apoio à criação de uma rede de centros descentralizados e específicos para determinados subsectores, tirando partido dos recursos já existentes em algumas instituições culturais e artísticas;

CONFERÊNCIA

Financiamentos **para a Cultura 2030**

4. Promoção da ligação entre Educação e Cultura nas Escolas, nomeadamente através da criação e reforço de linhas de apoio dedicadas à participação dos profissionais da cultura nas escolas;
5. Reforço do financiamento para a ligação entre Património Material e Imaterial à Criação artística, nomeadamente na criação de conteúdos.
6. Aposta no fator humano através da criação de linhas de apoio dedicadas ao reforço das competências dos agentes (ex. específicas SCC, digitalização) e da capacidade de contratação numa lógica de estabilização do emprego no SCC, condição indispensável ao reforço de todo o ecossistema.
7. Reforço da ligação entre políticas de cidade (urbanismo) e as infraestruturas e estruturas culturais, no sentido de melhorar a atratividade dos espaços de cultura a um conjunto mais alargado de públicos. Esta ideia poderia ser materializada através da criação de circuitos urbanos associados à cultura e à arte ou da implementação de sinalética.
8. Introdução de critérios concursais que tenham em conta a componente de inovação e do impacto previsto de cada projeto, ponderados pela dimensão do agente / organização cultural e o território onde desenvolve a sua atividade.
9. Aposta numa lógica de financiamento de projetos pioneiros e piloto. No sentido de corresponder a uma abordagem inovadora e experimental, os cadernos de encargos devem ser desenhados de forma menos dirigista e formatada, tendo em conta o aumento progressivo da escala do projeto a partir da incorporação progressiva das aprendizagens geradas no seu desenvolvimento.
10. Adequação das linhas de financiamento às características do SCC, como por exemplo, na separação entre apoios à criação e os apoios à produção e no equilíbrio entre apoio a estruturas independentes e a estruturas mais consolidadas, garantindo a diversidade dos agentes incluídos nos apoios e contribuindo para a vitalidade do ecossistema

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

Grupo #2 - Ambiente, sustentabilidade e mediação cultural

Relator: Hugo Cruz

Convidados: Alexandra Roeger (Câmara Municipal de Esposende); Rui Costa (Fundação de Serralves); José Luís Ferreira (Fundação Casa de Mateus); Fernando Almeida (Pele - Associação Social e Cultural); Sara Borges (Gnratio); Virgílio Ferreira (Bienal de Fotografia do Porto); Rodrigo Malvar (Teatro Frio).

Tendo como base de reflexão o texto que enquadrava a sessão e que se reproduz neste documento, este grupo de trabalho apresentou as seguintes considerações:

1. Reforçar a centralidade da cultura e das artes no âmbito das políticas desenhadas para a Região Norte, destacando a sua função de mediação em áreas diversas: social, educativa e ambiental.
2. Criar mecanismos para a produção de conhecimento específico e transversal sobre o setor, a partir de equipas multidisciplinares e integrando-se as vertentes cultural, ambiental e tecnológica.
3. Adequação dos procedimentos concursais, incluindo avaliação e acompanhamento dos projetos, à realidade dos agentes do SCC. Neste âmbito recomenda-se, por exemplo, considerar no desenho dos concursos, diferentes escalas e naturezas de intervenção, de forma a permitir diferentes graus de autonomia na formulação e desenvolvimento dos projetos.
4. Desenvolver abordagens, metodologias e instrumentos de análise, avaliação e acompanhamento dos projetos que permitam a valorização da vertente qualitativa. Sugere-se, por exemplo, o alargamento dos tempos e fases de conceção e implementação de projeto numa perspetiva que favoreça a vertente qualitativa e que permita o desenvolvimento e a experimentação de métodos e práticas inovadoras.
5. Contemplar projetos-piloto em duas áreas distintas: adequação dos equipamentos culturais aos desafios energético e da sustentabilidade, criar apoios dedicados que promovam modos de criação e programação sustentáveis.
6. Desenvolvimento de linhas de apoio que promovam práticas sustentáveis e amigas do ambiente no desenho, produção e implementação de eventos, mas também na gestão de modos de criação e

CONFERÊNCIA

Financiamentos **para a Cultura 2030**

equipamentos culturais, cumprindo os princípios de sustentabilidade ambiental nos modos de criação, produção, circulação e comunicação cultural.

7. Desenvolver linhas de ação para a intervenção cultural na área ambiental, garantindo autonomia artística, preservando ecossistemas locais e valorizando as características endógenas dos territórios.

8. Desenvolvimento de linhas de apoio que promovam projetos vocacionados para a sensibilização para as questões ambientais a partir de propostas artísticas;

9. Valorização de projetos cujos conteúdos de programação e criação tenham por base a mediação cultural, numa lógica de envolvimento efetivo de comunidades humanas e não humanas, assim como aqueles cuja participação cultural e artística inclua as agendas das comunidades envolvidas.

10. Promover a capacitação de agentes e equipamentos culturais nas áreas ambiental, da mediação cultural e transição digital.

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

Grupo #3 - Criação e programação cultural nos territórios

Relatora: Vânia Rodrigues

Convidados: Joana Aguiar e Silva (Universidade do Minho); Glória Cheio (Teatro do Bolhão); Patrícia Craveiro (Sonoscopia); Luís André e Sá (Planalto); Mónica Guerreiro (Coliseu Porto); José Nunes (Estrutura); Gonçalo Amorim (TEP); José Eduardo Silva (Teatro Frio); Patrícia Barbosa (Mexe).

Tendo como base de reflexão o texto que enquadrava a sessão e que se reproduz neste documento, este grupo de trabalho apresentou as seguintes considerações:

1. Criação de linhas de financiamento específicas para a reabilitação, reconversão e refuncionalização de edifícios, priorizando aqueles com valor patrimonial — em espaços preparados para o acolhimento de residências artísticas, bem como espaços de trabalho, arquivo e apresentação pública, suportando despesas relativas a obras de reabilitação física, apetrechamento técnico, adaptação ecológica e, igualmente, de pequenas obras de manutenção, essenciais para a sustentabilidade dos investimentos realizados.
2. Apoio ao desenvolvimento de um serviço equivalente ao da Loja Lisboa Cultura para aconselhamento qualificado dos operadores artísticos e culturais.
3. Criação de linhas de apoio e mecanismos de contratação e remuneração competitiva de recursos humanos qualificados, em linha com o elevado nível de qualificação, preparação e internacionalização do SCC.
4. Consideração de candidaturas relativas à reformulação / ampliação de projetos já existentes e financiados através de outros fundos (nacionais ou internacionais), sempre que a sua aplicação se destine a financiar despesas complementares, o alargamento territorial do projeto, a sua extensão temporal, aumento de alcance, replicação ou outros aspectos devidamente justificados e passíveis de contribuir para a qualidade e sustentabilidade das ações previstas.
5. Criação da modalidade de candidaturas em duas fases, com a introdução de uma fase de validação das ideias de projeto e numa segunda de formalização e densificação de procedimentos. Neste sentido, sugere-se a criação de um 'Vale Primeira Vez', ou mecanismo semelhante, através do qual as entidades que se candidatam pela primeira vez aos fundos podem ver totalmente recuperadas as despesas de elaboração da candidatura.

CONFERÊNCIA

Financiamentos **para a Cultura 2030**

6. Segmentação de candidaturas por escala de investimento, fazendo coexistir oportunidades para os agentes de dimensões distintas, que cumprem objetivos diversos.

7. Limitar os beneficiários dos projetos às entidades que farão a sua execução, i.e. as entidades do setor.

8. Limitar, tanto quanto possível, nos avisos de abertura e regulamentos, indicações e condicionalismos relativamente aos temas, formas e âmbitos que as propostas artísticas e culturais devem adoptar. Nos casos em que a valorização do património e/ou dos recursos endógenos constitua uma base de legitimação dos apoios, sugere-se a aplicação de uma interpretação ampla, diversa e plural dos conceitos de 'património' e de 'território', que permita apropriações contemporâneas dos seus significados e alcances, assumindo que é possível operar intervenções qualificadas e enraizadas nos territórios sem pré-condicionamentos temáticos.

9. Criação de um sistema de avaliação dos projetos que permita: por um lado, a valorização dos projetos de criação e programação com foco na cidadania, bem como aqueles que se constituam como alavanca para melhorar a acessibilidade física, social e intelectual de grupos diversos da população, especialmente comunidades desfavorecidas e envelhecidas; e por outro, a criação de sistemas de quotas ou de discriminação positiva a favor de territórios não urbanos, a favor de maior equilíbrio entre as áreas metropolitanas e o resto da região.

10. Generalização do uso de júris mistos (com a participação de especialistas externos), que garantam cumulativamente requisitos de a) especialização e b) proximidade / conhecimento do território.

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

Grupo #4 - Empresas culturais e criativas

Relator: José Roseira

Convidados: André Rodrigues (AECT); Carlos Martins (Opium); Rodrigo Areias (Bando à Parte); Paulo Queiroz (Paulo Queiroz Consultores); Nuno Sampaio (Casa da Arquitetura); Regina Machado (Casa da Animação); Daniel Pires (Maus Hábitos); Bárbara Sousa (Fundação Consuelo Vieira da Costa).

Tendo como base de reflexão o texto que enquadrava a sessão e que se reproduz neste documento, este grupo de trabalho apresentou as seguintes considerações:

1. Criação de uma agência interdisciplinar e intersetorial, associada a um fundo de investimento regional especializado na área cultural e artística, que possa contratualizar programas de forma independente, enquadrada por uma lógica de gestão descentralizada e profissionalizada. Foi dado como exemplo a Agência Galega das Indústrias Culturais AGADIC.
2. Concentração da informação relativa aos programas de apoio e respetivas linhas de financiamento numa plataforma com linguagem clara e acessível, facilitando linhas e processos de contratação pública de modo a que ela possa ser utilizada eficazmente como um instrumento para o desenvolvimento económico regional.
3. Criar programas e apoios que na sua estruturação, nomeadamente na definição dos beneficiários, mitiguem a competição desigual entre estruturas privadas e públicas no que diz respeito ao acesso a apoios e operacionalidade dos meios.
4. Alargamento da elegibilidade das despesas aos gastos e honorários dos funcionários das estruturas, fundamentais à estruturação, estabilidade e conseqüente desenvolvimento do SCC.
5. Criar mecanismos e incentivos de fixação de profissionais no território, por exemplo, através da abertura de concursos destinados a empresas para contratação de profissionais e recursos humanos;
6. Criação de incentivos ao estabelecimento de consórcios e projetos de colaboração entre empresas.
7. Abertura de linhas de apoio a projetos de digitalização e monetização digital do património e da produção cultural regional.

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

8. Criação de linhas de apoio à relação e desenvolvimentos de projetos sustentáveis focados no desenvolvimento de *crafts*, artesanato, saberes locais e competências técnicas tradicionais e pré-industriais, em linha com os princípios da New European Bauhaus.
9. Criação de mecanismos de antecipação de tesouraria e/ou criação de um mecanismo de garantias bancárias a juro 0 para desenvolvimento dos projetos financiados.
10. Abrir programas de apoio destinados à produção e disseminação de conhecimento, incluindo recolha e análise de dados sobre a realidade do setor cultural e criativo (observatório).

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

Grupo #5 - Governação para a Cultura

Relatora: Ana Carvalho

Convidados: Cláudia Leite (Theatro Circo de Braga); João Ribeiro da Silva (DRC Norte); Susana Marques (TNSJ); Nuno Almeida (AECT GNP); Carla Miranda (Deputada PS); Isabel Maria Fernandes (Diretora do Paço dos Duques); Nuno Cunha (Quadrilátero); Rafael Amorim (CIM do Cávado); Teresa Albuquerque (Fundação Casa de Mateus).

Tendo como base de reflexão o texto que enquadrava a sessão e que se reproduz neste documento, este grupo de trabalho apresentou as seguintes considerações:

1. Definição de uma política de intervenção para o SCC na região Norte, coordenada com as diferentes entidades da administração local, e uma aposta em concursos e dotações específicas para o setor cultural e criativo, focados nas suas necessidades e refletindo as suas especificidades, reafirmando o SCC como um dos eixos fundamentais de desenvolvimento da região. Neste âmbito, foi ainda referida a necessidade de definir tipologias e critérios de avaliação de financiamento adequados às questões específicas do setor e com os calendários dos concursos e sua decisão ajustados à boa execução dos programas. Destacou-se ainda a necessidade destes programas investirem na sustentabilidade de projetos existentes, criando a estabilidade necessária à sua estruturação e à possibilidade de ganharem escala e densificação territorial e internacional.
2. Criação de um observatório para o SCC de carácter regional. Produção de informação e conhecimento sobre e para o setor numa lógica de acessibilidade e cruzamento de dados que capacite decisores e agentes e informe as políticas públicas do setor.
3. Criação de ações e programas de apoio à capacitação dos agentes do setor e à contratação de profissionais altamente qualificados. Neste âmbito, especificou-se a necessidade de apoio à criação de pontos de apoio descentralizados na região que permitam a formação e assessoria dos agentes a operar no território, potenciando o desenvolvimento do setor num esforço de canalização dos apoios para o reforço do tecido profissional e de recursos humanos, fundamental no garante da boa execução dos projetos e consequentemente na concretização das políticas e estratégias que se vierem a desenhar para o território. Salientou-se ainda a necessidade da qualificação dos profissionais que analisam, avaliam e acompanham as candidaturas e os projetos.

CONFERÊNCIA

Financiamentos **para a Cultura 2030**

4. Criação de informação e comunicação acessível ao setor através de canais dedicados com linguagem clara e adequada. Foi consensual a vontade de ver a produção de um quadro de estabilidade (com planificação das atividades e dos apoios) e de diálogo (linguagem direcionada para o setor e com criação de ferramentas de comunicação e RH qualificados) que permita uma estruturação das entidades do setor cultural e potencie os resultados da intervenção e dos apoios atribuídos.

5. Promoção da diversidade do setor e inclusão das suas especificidades nos diferentes programas a desenvolver. Considerar no desenho dos concursos as diversas escalas e tipologias das entidades do setor (enquadradas nos beneficiários). Dar primazia aos fins de interesse público dos projetos candidatos em detrimento da natureza das entidades candidatas. Afinar a avaliação das candidaturas para incluir a valorização das equipas das entidades candidatas e incluir a integração dos apoios em espécie na estruturação e avaliação dos projetos.

6. Aposta nos espaços de criação enquanto motores da criação cultural e artística local, promotores da capacidade de atração e fixação de quadros altamente qualificados.

7. Investimento em programas que promovam o encontro dos diferentes atores do SCC e articulem o diálogo entre o setor e os organismos de estruturação estratégica e de financiamento da região. Definiu-se ainda como fundamental a articulação entre o setor e as diferentes fontes de financiamento que estão a ser preparadas a nível nacional, criando complementaridades e evitando sobreposições e espaços vazios.

8. Criação de programas de apoio específicos à capacitação e organização profissional do setor, nomeadamente de programas que estimulem as redes de trabalho, a partilha de recursos, as associações profissionais, a investigação e a advocacia sobre o SCC.

9. Criação de novos modelos de governação e participação da sociedade civil. Neste âmbito, sugeriu-se a criação de um Think Tank para a região com a missão de auscultação, integração e articulação entre os diferentes agentes do SCC.

10. Definição de uma visão e posicionamento para a Região tendo o SCC como uma das prioridades de desenvolvimento e internacionalização da região.

CONFERÊNCIA

Financiamentos **para a Cultura 2030**

#FinanciamentoCultura2030

Textos de base à discussão “Financiamentos para a Cultura 2030”

ENQUADRAMENTO // PORTUGAL 2030

O programa Portugal 2030¹ é estruturado em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais «verde», mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos. A Estratégia Portugal 2030 afirma-se como um projeto que visa «Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a UE, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial» e é organizado em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030:

- 1 - As Pessoas Primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade,
- 2 - Digitalização, Inovação e Qualificações como Motores do Desenvolvimento
- 3 - Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos
- 4 - Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente

¹ O Portugal 2030 materializa o Acordo de Parceria a firmar entre Portugal e a Comissão Europeia, que estabelece os grandes objetivos estratégicos para aplicação dos Fundos Europeus no país para o período 2021-2027.

Brada Cultura 2030

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030



Fonte: https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/2021/11/20211115_Portugal-2030_sintese.pdf

O setor cultural e criativo tem demonstrado a nível global ser um potenciador do desenvolvimento social, tendo provado potencial contributivo para os campos do desenvolvimento sustentável, para o combate à pobreza e exclusão social, para o desenvolvimento urbano e um maior crescimento equitativo. Da mesma forma, ele possui capacidades singulares para a exploração e integração das novas tecnologias nos nossos quotidianos profissionais, comunitários e domésticos, numa lógica de modernização e competitividade, mas também de sustentabilidade, inclusão e coesão territorial.

O setor cultural e criativo é paradigmático na sua estrutura e potencial competitivo relativamente aos demais uma vez que é mão-de-obra intensivo mas mobiliza recursos físicos e humanos de alto valor e com qualificações acima da média, com fatores de competitividade e diferenciação internacional também claramente acima da média, com forte capacidade de *spillovers* positivos para o resto da economia, nomeadamente na capacidade de fixação e atração de pessoas altamente qualificadas para regiões/cidades, na capacidade de posicionamento e desenvolvimento de marketing territorial e no valor acrescentado que injetam na capacidade produtiva.

No campo da gestão territorial e numa lógica de exploração da deslocalização do trabalho e da expansão dos centros urbanos, o setor tem ainda o potencial para ser utilizado como ferramenta

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

aliada a uma política demográfica de repovoamento das zonas mais interiores e periféricas do país. Adicionalmente, o setor cultural tem o potencial de promover a informação e consciencialização para a emergência ambiental, como estímulo para a ação mas também numa lógica de adaptação e preparação para um quadro de alterações climáticas, prevenção de riscos e na construção de resiliência a catástrofes. Neste último aspeto, é estimulante pensar nas contribuições que o setor pode fazer, por exemplo, no contexto da recuperação da crise provocada pela pandemia COVID-19, para suportar e reforçar a resiliência das comunidades afetadas, reconstruir sociedades e promover o desenvolvimento económico.

Também fundamental, o alto nível de especialização e qualificação dos profissionais do setor torna-o particularmente adequado ao desenvolvimento e adequação de ferramentas pedagógicas e educativas em contextos de intervenção e desenvolvimento social, uma lógica de promoção da inclusão social, da participação e envolvimento dos cidadãos com os processos políticos e deliberativos, na promoção da acessibilidade e da inclusão ativa de minorias, combate à segregação, igualdade de oportunidades e não discriminação.

Para que o setor cultural e criativo resulte nestes *spillovers* e seja capaz de cumprir estes objetivos é necessário que haja um investimento específico, adequado e pensado às suas necessidades numa lógica independente (dos *spillovers* desejados) e integrada num quadro de objetivos internos ao setor (profissionalização, internacionalização, competitividade, etc.). No âmbito do Programa 2030 existe o potencial para agilizar as estruturas do setor, enquadrando-as nestas linhas e sublinhando a sua capacidade para fazer cumprir os objetivos estratégicos (OPs) no âmbito dos programas operacionais temáticos (POs).² Para tal, é necessário e urgente produzir pensamento sobre o setor cultural e criativo de uma forma transversal que o integre nas linhas do desenvolvimento económico da Região Norte, potenciando a sua capacidade de intersecção com os objetivos estratégicos definidos para o quadro nacional.

² O Portugal 2030 é mobilizado através de 4 Programas Operacionais Temáticos (POs) descritos como «Demografia, Qualificações e Inclusão»(OP4), «Inovação e Transição Digital» (OP1, OP2, OP4); «Acção Climática e Sustentabilidade» (OP2, OP3); «Mar» (OP2, OP5).

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

GRUPOS DE TRABALHO

a) **Políticas de cidade e ecossistemas criativos // Relatora:** Patrícia Romeiro

As cidades são por excelência o epicentro da economia criativa, havendo, no entanto, ainda potencial para fortalecer os ecossistemas criativos e os seus impactos sociais, económicos e territoriais nas cidades e suas comunidades. Partindo destes pressupostos, desafiou-se este grupo de trabalho a fazer uma exploração e auscultação sobre as capacidades e necessidades relacionadas com o reforço da ligação do setor cultural e criativo (SCC) às políticas de desenvolvimento urbano e à revigoração dos ecossistemas criativos. Neste ponto, é particularmente interessante o reforço da ideia de que o setor cultural e criativo trabalha de forma interligada com diferentes setores adjacentes aos seus, ou com setores completamente diferentes, e também de forma intersectorial. Integrados em políticas de regeneração e desenvolvimento urbano, os ecossistemas culturais e criativos são um terreno fértil para a inovação nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática, incluindo aspectos sociais e de inovação societal e ambiental.

Algumas questões para discussão:

- O que foi conseguido ao nível do reforço dos ecossistemas criativos nas políticas regionais (Região Norte) e urbanas recentes? E o que ficou por cumprir?
- Que condições são necessárias para fortalecer os ecossistemas criativos locais?
- Como é possível fortalecer a participação do SCC na resposta aos desafios Societais mais prementes?
- Que políticas públicas concretas reforçariam os ecossistemas criativos e as cidades onde se desenvolvem?

a) **Ambiente, sustentabilidade e mediação cultural // Relator:** Hugo Cruz

Reconhecendo no setor cultural e criativo necessidades de modernização e adaptação no que diz respeito às linhas de desenvolvimento sustentável e transição para uma economia 'verde', nomeadamente através de uma diminuição ou utilização mais inteligente de recursos energéticos e matérias-primas, mas também a necessidade de conversão para uma economia progressivamente circular, este grupo foi encorajado a fazer uma auscultação das possibilidades, necessidades e capacidades das entidades envolvidas no sentido de captar e

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

operacionalizar financiamento nestes vetores prioritários. Adicionalmente, é também importante destacar o potencial do setor cultural e criativo como mediador cultural para a tradução e disseminação do conhecimento artístico, científico e acadêmico, garantindo a acessibilidade e a participação dos públicos na sua diversidade. Neste campo, sobressai também a sua capacidade operacional para a implementação de projetos para promover a informação e consciencialização para a emergência ambiental, como estímulo para a ação mas também numa lógica de adaptação e preparação para um quadro de alterações climáticas, prevenção de riscos e na construção de resiliência a catástrofes.

Algumas questões para discussão:

- Como integrar políticas e ações culturais e ambientais?
- Como implementar os princípios da sustentabilidade ambiental nos modos de criação, produção, circulação e comunicação cultural?
- Que mediação cultural e para quem?
- Qual o lugar da qualidade da participação cultural e artística na mediação cultural?
- Como garantir o confronto entre estéticas distintas no contexto da mediação cultural e promover o diálogo entre princípios de ação institucional e comunitária?

b) **Criação e programação cultural nos territórios** // Relatora: Vânia Rodrigues

Neste grupo de trabalho quis-se promover uma discussão em torno das necessidades e possibilidades de desenvolvimento regional a partir das dinâmicas de criação artística e programação cultural. Procurou-se elaborar um mapa de sugestões e contributos propositivos em matéria de integração de uma progressiva descentralização, de territorialização e pertinência do investimento nas artes e na cultura, assente na diversidade de experiências e no conhecimento especializado das estruturas – independentes, associativas, locais e supramunicipais – ativas no setor cultural e criativo (SCC). Das artes performativas ao património, que potencialidades se podem ativar a favor da diferenciação dos territórios, da sua valorização e qualificação? De que forma podem as iniciativas artísticas e culturais atuar em sinergia com as políticas de reforço da coesão social e territorial, aprofundando a participação cívica e democrática? Concretamente, propôs-se uma reflexão capaz de produzir recomendações em torno das seguintes questões relativas a dimensões de *estratégia, especialização e escala*:

- Que tipo de projetos devem constituir prioridades de investimento?

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

- A que necessidades do SCC devem os fundos europeus responder, e de que modo devem articular-se com investimentos estatais ou autárquicos?
- Como acautelar a sustentabilidade e durabilidade das intervenções?
- Que tipo de entidades devem ser promotoras dos projetos?
- Que tipo de intermediação deve ser implementado?
- Como acomodar e valorizar a especificidade das iniciativas artísticas e culturais?
- De que modo se podem potenciar os elevados níveis de qualificação do SCC?

c) **Empresas culturais e criativas** // Relator: José Roseira

Com este grupo pretendeu-se explorar as necessidades específicas das empresas culturais e criativas, com o objetivo de se desenharem propostas concretas de apoios e linhas de financiamento que enquadrem as suas particularidades e tenham em conta tanto as suas fragilidades como os seus pontos fortes, criando um quadro potenciador e dinamizador das empresas do setor, que incluem áreas tão diversas quanto a programação cultural, música, teatro, design, arquitetura, cinema, artes visuais, entre outras. A promoção de centros de especialidade e de *clusters*, diversificação de financiamentos e outras condições que possam fomentar o cruzamento e a capacitação dos vários agentes da região é também uma via possível a desenvolver nesta conversa.

Algumas questões e assuntos para discussão:

- Transição digital e energética. Obstáculos, possibilidades e oportunidades.
- Interfaces de comunicação com as agências regionais, nacionais e europeias.
- Apoios à internacionalização e à contratação de recursos humanos qualificados.
- Apoio à formação e qualificação

d) **Governança para a Cultura** // Relator: Ana Carvalho

Explorando a forma como as diversas políticas para o setor preconizadas por diferentes entidades podem ser articuladas ou, pelo menos, reciprocamente informadas, com este grupo de trabalho pretendeu-se discutir a necessidade de criar mecanismos de agregação, organização e distribuição de informação relevante para o setor e para os decisores, no sentido de desenhar políticas e operacionalizar instrumentos mais adequados às necessidades reais sentidas no terreno. Assim, pediram-se contribuições que possam servir de base para um debate sobre as carências e capacidades específicas do setor no sentido de

CONFERÊNCIA

Financiamentos para a Cultura 2030

permitir compreender as áreas em que é necessário capacitar os agentes e os decisores de forma a melhorar a implementação e operacionalização das diferentes políticas.

Algumas questões e assuntos para discussão:

- Recolha de dados e produção de informação sobre o setor cultural e criativo
- Tratamento de dados e produção de conhecimento capaz de informar estratégias e políticas para o setor
- Articulação dos diferentes níveis de decisão - local, regional e nacional - para as políticas públicas do setor
- Criação de canais de comunicação fluentes e claros sobre as políticas e recursos para e do setor
- Necessidades de capacitação do setor e apoios/estratégias respetivas